

## **O desenho da figura humana: Revisando mais de um século de controvérsias**

### **Draw-a-Person: a century of controversies**

ADRIANE XAVIER ARTECHE\*, DENISE RUSCHEL BANDEIRA\*

#### **RESUMO**

O Desenho da Figura Humana (DFH) tem sido uma das técnicas mais difundidas na prática dos psicólogos, no entanto, permanece uma das mais questionadas em relação à validade. Neste sentido, o presente artigo busca discutir as questões de validade desta técnica através de uma revisão da literatura centrada nas formas de levantamento do DFH. Pode-se observar, no material estudado, a existência de três grandes sistemas de interpretação do DFH: aqueles que compreendem o desenho como medida de avaliação do desenvolvimento cognitivo infantil, os sistemas que compreendem o desenho como medida projetiva e os sistemas que propõem uma análise dos aspectos emocionais a partir de uma análise empírica. Pôde-se verificar que as maiores consistências são encontradas nas escalas evolutivas no DFH. Já em relação aos sistemas projetivos, observa-se a tentativa de enquadrar uma técnica oriunda da interpretação clínica em formatos psicométricos, o que acaba por deixar de lado informações importantes. Desta forma, sugere-se a utilização do critério da validade clínica como método para estudos que utilizem o DFH projetivo. Já em relação aos sistemas que utilizam os indicadores emocionais, mas que não trabalham com a concepção projetiva, pensa-se que a dificuldade em encontrar parâmetros psicométricos adequados possa ser superada com a utilização de estatísticas mais atuais – como a Teoria de Resposta ao Item (TRI).

#### **Palavras-Chave:**

Desenho da Figura Humana, Projeção, Análise empírica, Validade.

---

\* Universidade Federal de Rio Grande do Sul

## ABSTRACT

The Draw-a-Person test has been one of the most known psychological assessment techniques. Despite of that, its validity's indicators remain a controversial point. Concerning this, the present article intends to discuss this topic through a literature review emphasizing the DFH interpretation systems. It's possible to identify three main systems: those that comprehend the drawings as a developmental indicator; those that identify the DAP as a projective technique and those that purpose to analyze the emotional indicators through empirical analysis. It was observed that the best validity indicators are found among the DAP developmental scales. Among the projective systems it was observed that the researchers try to apply the same psychometrics parameters to a technique that was born from the clinical experience, not considering other subjective information that could be useful to identify validity indicators. Because of that, it is suggested the clinical validity criteria as an indicator to studies with the projective DAP. Concerning the systems designed to evaluate emotional indicators, but not through a projective conception, the difficulty about the psychometrics parameters could be overlapped by the use of new statistics analysis such as the Item Response Theory (IRT).

## Key-Words:

Draw-a-Person, Projection, Empirical analysis, Validity.

## INTRODUÇÃO

O desenho, desde os primórdios da humanidade, tem tido importância crucial na compreensão das emoções, sentimentos e ações. Tendo surgido antes mesmo da escrita, estabeleceu-se como uma das mais antigas formas de comunicação humana (Cox, 1995; Hammer, 1991; Wechsler, 2003). No meio acadêmico, entretanto, passou a ser percebido não apenas como uma forma de comunicação, mas também como técnica de avaliação psicológica. Embora a idéia de interpretar os

desenhos infantis à luz dos conceitos da Psicologia não seja recente (Kamphaus & Pleiss, 1991), o reconhecimento da validade desta técnica não foi simples, e, ainda hoje, não está completo.

Dentre as diversas técnicas de desenho, a do Desenho da Figura Humana, ou DFH, é, com certeza, uma das mais difundidas na prática dos psicólogos e, também, uma das mais questionadas em sua validade (Anastasi & Urbina, 2000; Cunha, 2000). Ainda que muito popular, não há concordância entre os profissionais que utilizam o DFH sobre qual a

melhor forma de analisá-lo. Na busca de critérios de avaliação adequados, diversos sistemas de interpretação foram desenvolvidos. Nestes, pode-se distinguir três grandes vertentes: 1) os sistemas que compreendem o desenho como medida de avaliação do desenvolvimento cognitivo infantil, como o de Goodenough (Abell, Horkheimer & Nguyen, 1998; Alves, 1981), o de Koppitz – Indicadores Desenvolvimentais (Koppitz, 1984) e, no Brasil, o de Wechsler (2003) e, recentemente, o de Sisto (2006); 2) os sistemas que compreendem o desenho como medida projetiva, ou seja, como expressão de aspectos inconscientes da personalidade (Hammer, 1997), dentre os quais se destaca o de Machover (1949); e 3) os sistemas que propõem uma análise dos aspectos emocionais não a partir de uma interpretação projetiva e, sim, de uma análise empírica, como os trabalhos de Koppitz – Itens Emocionais (1984) e de Naglieri (Naglieri, McNeish & Bardos, 1991).

Enquanto medida de avaliação dos aspectos cognitivos, o desenho é entendido como expressão de aspectos desenvolvimentais. Ou seja, existe um ciclo infantil típico que pode ser observado, também, a partir da produção gráfica. Ainda que existam controvérsias sobre as etapas do desenho e, especialmente, sobre a linearidade do processo de desenvolvimento destas, a maior parte dos autores reconhece estágios típicos neste processo. De forma geral, entende-se que, durante o primeiro ano de vida, a criança já é

capaz de rabiscar e, durante toda a infância, irá aprimorar esta habilidade, passando, gradativamente, das garatuhas ao desenho representativo ou figurativo (Cox, 1995).

Florence Goodenough foi a pioneira na tentativa de organizar estes conhecimentos em um sistema de avaliação dos desenhos infantis. Em 1926 foi criado o teste, chamado por ela de teste de inteligência, e baseado na capacidade da criança de desenhar um homem. Em 1963 este trabalho foi revisado e ampliado com a colaboração de Dale Harris, passando então a ser chamado de “Desenhe um Homem” e utilizado como indicador de maturidade intelectual e não de inteligência (Cox, 1995). Harris salientava que a inteligência envolveria mais de uma dimensão e que o desenho não contemplaria estas diversas faces da inteligência. Indicava que, ao desenhar uma pessoa, a criança estaria expressando seu conceito de ser humano e sua compreensão das características do mesmo. Além disso, sugeriu que fossem desenhadas duas figuras, masculina e feminina, apresentando sistemas distintos para a correção de cada desenho (Harris, 1963 citado por Wechsler & Schelini, 2002). Esta adaptação do sistema original de Goodenough passou a ser chamada sistema de Goodenough-Harris e consiste na atribuição de pontos conforme o número de elementos incluídos, suas proporções e a forma como se ligam à figura principal

(Cox, 1995). Embora ainda na década de 90 seja possível encontrar referências de pesquisas que utilizaram os indicadores Goodenough-Harris (Fabry & Bertinetti, 1990), a contribuição deste sistema, desde a década de 70, está mais restrita à sua utilização como base para novas formas de interpretação do DFH, como a proposta de Sisto (2006).

Em 1968, Elisabeth Koppitz iniciou o desenvolvimento de um outro sistema de análise do desenho. Baseada na teoria das relações interpessoais de Harry Stack Sullivan, a autora partiu da premissa de que o desenho revelaria o nível evolutivo da criança e suas relações interpessoais, ou seja, suas atitudes frente a si mesma e às pessoas significativas em sua vida. Esse sistema considerava o DFH como um retrato de um determinado momento, com medos e ansiedades típicos, e propunha-se a realização de um único desenho, escolhendo o examinando o sexo e a idade da figura desenhada (Koppitz, 1984).

Em seu estudo, Koppitz (1984) identificou itens de desenvolvimento e itens que diferenciariam crianças com transtornos emocionais de crianças sem transtornos emocionais. Em relação ao Sistema Koppitz de Itens Desenvolvimentais, a fim de elaborar a lista dos itens, a autora selecionou a partir da proposta de Goodenough-Harris e da sua própria experiência, itens considerados de natureza evolutiva. Após uma análise preliminar,

foram selecionados 30 itens e foi realizada então a normalização. A partir da análise inicial sobre a presença dos itens na totalidade dos protocolos, a autora percebeu que a presença dos itens nas diferentes faixas etárias dava-se de forma crescente. Além disso, a mesma observou que meninos e meninas diferiam em termos de desenvolvimento do desenho, e destacou que as meninas mais novas apresentavam produções superiores às dos meninos, embora tal diferença fosse diminuindo nas faixas etárias mais altas até que, em torno dos 8-9 anos, os meninos superam as meninas e até mesmo as ultrapassam em termos de qualidade e detalhes do desenho.

Considerando estas observações, os itens propostos por Koppitz (1984) foram divididos em quatro categorias conforme a prevalência em cada faixa etária e conforme cada sexo. A primeira categoria refere-se aos itens esperados, cuja frequência varia de 85 a 100% e sua ausência indica imaturidade, problemas neurológicos ou regressão decorrente de aspectos emocionais; a segunda categoria é denominada itens comuns e refere-se àqueles que aparecem entre 51-84%; a terceira indica os itens não habituais, cuja prevalência mantém-se entre 16-50%; e, por fim, tem-se a categoria itens excepcionais, cuja frequência varia entre 1 e 15% e sua presença indica idade maturacional acima da média. A busca da validade deste sistema de interpretação foi

estudada pela autora (Koppitz, 1984) através das seguintes hipóteses: a frequência do item deve aumentar à medida que a criança cresce e a produção gráfica infantil não deve ter relação com a instrução dada, com o material utilizado para desenhar, com a aprendizagem escolar ou com a capacidade artística da criança. Tendo em vista que o seu estudo inicial já havia confirmado a primeira hipótese, foram então realizados quatro outros estudos a fim de verificar as demais suposições. Os resultados confirmaram todas as hipóteses sugeridas pela autora.

Além dos estudos realizados pela própria idealizadora deste sistema de avaliação, já são encontradas, desde 1970, pesquisas de outros autores envolvendo o Sistema Koppitz (Hall & Ladriere, 1970; Snyder & Gaston, 1970), as quais se dividem entre aquelas que se centram nos aspectos intelectuais e aquelas que enfocam as questões emocionais. Em relação aos estudos que priorizam o desenvolvimento cognitivo, destaca-se o de Weerdenburg e Jansen (1985). Em um estudo com pré-escolares, buscando identificar instrumentos eficazes na predição do sucesso escolar na primeira série, os pesquisadores avaliaram 85 crianças, aplicando diversas técnicas, tanto verbais como gráficas. Os resultados indicaram que as técnicas gráficas como o Bender e o DFH avaliado pelo sistema Koppitz apresentaram uma contribuição insignificante na predição do rendimento escolar.

Com resultado e objetivo semelhante, embora voltado especificamente para os problemas de leitura surgidos na 1ª série, Dunleavy, Hansen, Szasz e Baade (1981) avaliaram 141 pré-escolares americanos. Os pesquisadores concluíram que o DFH, avaliado pelo Sistema Koppitz de Itens Evolutivos, mostrou-se útil na identificação da dificuldade de leitura das crianças, tendo-se identificado corretamente 42% dos participantes com dificuldades nesta área, e incorretamente apenas 10% das crianças sem dificuldades.

Em um estudo comparativo entre crianças americanas e argentinas de 11 a 14 anos, Koppitz e Casullo (1983) não observaram diferenças entre os dois grupos no que se refere aos itens esperados de desenvolvimento. No entanto, as crianças argentinas desenharam com mais frequência figuras com duas ou mais peças de roupa e, por sua vez, as crianças americanas desenharam com mais frequência dedos e o número correto de dedos. Além disso, algumas diferenças específicas entre os gêneros foram observadas – por exemplo, os meninos argentinos deram mais ênfase ao cabelo e ao movimento das figuras, desenhando frequentemente jogadores de futebol. Em relação às meninas, metade das americanas desenhou figuras femininas vestindo jeans, enquanto 85% das argentinas desenharam figuras femininas com vestidos ou saias. Tais resultados revelam dife-

renças culturais que, no DFH, se refletem nos itens não essenciais.

No Brasil, pesquisas com o sistema Koppitz também têm sido realizadas, tanto buscando confirmar a validade, quanto visando ao estabelecimento de parâmetros nacionais para este sistema de avaliação do DFH. Bandeira e Hutz (1994) realizaram um estudo com uma amostra de 152 crianças com idades entre seis e oito anos, frequentadoras da primeira série. No início do ano escolar foram aplicados o DFH, o Bender e as Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, e, ao final do período letivo, foi aplicada uma prova de rendimento escolar, além do reteste do Desenho da Figura Humana. Os resultados dos itens evolutivos do DFH apresentaram correlações significativas com o rendimento escolar, mas a análise individual dos itens mostrou que poucos demonstraram, isoladamente, correlações significativas com o desempenho na escola. De forma geral, o DFH foi o segundo melhor preditor do rendimento escolar, tendo sido o Bender o instrumento que melhor o fez.

Hutz e Antoniazzi (1995), em um estudo sobre as normas do Sistema Koppitz, avaliaram 1856 crianças com idades entre cinco e quinze anos, estudantes de escolas públicas da região de Porto Alegre/RS. Os desenhos foram avaliados por juizes treinados e o grau de concordância entre os mesmos variou de 92% a 100%, com exceção do item “boas proporções”,

no qual o percentual foi de 72%. Foram obtidas as frequências de ocorrência dos itens em cada faixa etária, tanto para os itens evolutivos quanto para os itens emocionais. A partir dos resultados, os itens evolutivos foram classificados, conforme a proposta de Koppitz (1984), em itens esperados, comuns, ocasionais e excepcionais. A comparação entre os dados brasileiros e os resultados originais de Koppitz revelou diferenças importantes entre as duas amostras, indicando que, embora o DFH não requeira uma resposta verbal, não é uma técnica culturalmente livre – conforme já havia indicado o estudo de Koppitz e Casullo (1983).

Buscando um sistema construído especificamente para as crianças brasileiras, Solange Wechsler elaborou um sistema quantitativo de avaliação do desenvolvimento cognitivo a partir do DFH. A primeira edição de seu estudo foi publicada em 1996, e nela foram apresentados os indicadores de validade e fidedignidade da proposta. Posteriormente, em 2000, foram apresentados os estudos nacionais e transculturais que corroboravam os resultados apresentados quatro anos antes e, em 2003, foi publicada a edição revisada e atualizada com normas referentes a várias regiões brasileiras (Wechsler, 2003).

Os resultados da pesquisa em relação à validade indicaram que o desenho, conforme hipotetizado, emerge como uma medida de desenvolvimen-

to, uma vez que existem diferenças significativas entre as faixas etárias. Entretanto, estas diferenças não são lineares, o que sugere um desenvolvimento não contínuo, mas em saltos. Além disso, também foram evidentes as diferenças entre meninos e meninas, indicando que o sexo relaciona-se com diferentes formas de conceber a figura humana. Os dados da análise discriminativa com o Teste Viso-Motor de Berry corroboraram os resultados positivos já alcançados em relação à validade de construto, ao indicarem uma alta correlação entre o DFH e tal instrumento para os dois sexos e para os dois desenhos, variando entre  $r=0,57$  e  $r=0,68$  ( $p<0,001$ ). Segundo a autora, este resultado mostra que, conforme esperado, o desenho mede outro construto além do desenvolvimento motor, o desenvolvimento cognitivo (Wechsler, 2003).

Os resultados referentes à fidedignidade foram igualmente positivos. Todas as correlações obtidas no teste-reteste, considerando a pontuação total, a pontuação por sexo e a pontuação por faixa etária atingiram nível de significância mínimo de  $p<0,05$  e variaram entre  $r=0,22$  e  $r=0,85$ . O coeficiente alfa, nos dois sexos e nas diferentes faixas etárias, também apresentou elevada correlação no intervalo de três meses, variando entre 0,76 e 0,88. Tais resultados positivos foram subsequentemente confirmados pelos resultados das pesquisas de revalidação do DFH realizadas tam-

bém pela autora, embora tenham sido observados ganhos nas diferentes faixas etárias, sugerindo desempenhos cognitivos mais elevados – tanto por mudanças educacionais quanto por uma maior representatividade da amostra de tais recentes pesquisas (Wechsler, 2003).

Conforme referido anteriormente, a avaliação dos desenhos como medida do desenvolvimento cognitivo infantil, embora seja a que apresenta menos controvérsias, não é a única forma de interpretação da técnica do DFH. A avaliação projetiva emerge como a segunda e bastante difundida vertente de análise do DFH. Apesar disso, a ampla utilização dos sistemas projetivos de avaliação do DFH não a deixou à parte das críticas que atingem os instrumentos projetivos. Pelo contrário, as técnicas projetivas gráficas, como o Desenho da Figura Humana, talvez sejam as que mais têm sofrido críticas quanto à sua validade (Craig, Olson & Saad, 2002; Handler, Levine & Potash, 1965; Lilienfeld, Wood & Garb, 2000; Matto, 2002).

Este formato de análise do DFH tem dentre seus principais expoentes Machover (1949). A forma de interpretação proposta por Machover utiliza a concepção projetiva, partindo do princípio de que a figura é o sujeito e o papel o meio, e constitui um sistema cujo objetivo é identificar impulsos, traços, ansiedades, conflitos e características dos indivíduos. A auto-

ra propõe a solicitação de dois desenhos: a primeira figura seria interpretada como uma expressão do “eu” e do próprio sexo, enquanto a segunda (do sexo oposto à primeira) seria interpretada como contendo indicativos do relacionamento da criança com pessoas importantes em sua vida. Neste sistema há a atribuição de significado a cada um dos itens presentes no desenho, cada um contendo relação com um aspecto da personalidade essencialmente calcado na psicanálise (Cox, 1995; Machover, 1949).

A maior parte das pesquisas conduzidas com o Sistema de Machover tem se centrado nos itens por ela referidos. Alguns estudos, como o de Holmes e Wiederholt (1982), por exemplo, detiveram-se nos itens que descrevem aspectos gerais da figura, como localização e tamanho – entendido como aspecto projetivo. Na pesquisa acima referida foram participantes 180 pacientes, tendo sido comparados pacientes com diagnóstico de depressão, pacientes sem diagnóstico de depressão e funcionários de um hospital sem diagnóstico de depressão. As conclusões indicaram que as figuras desenhadas pelos três grupos equivaliam em tamanho, pelo que este item não se mostrou preditor de depressão.

Outras pesquisas têm focado a interpretação de itens mais específicos. Em crianças, Joiner, Schmidt e Barnett (1996) analisaram, além do aspecto geral tamanho, os indicadores

de pressão da linha e detalhes, tanto no DFH quanto nos desenhos da casa, da árvore e da família. Na amostra de 80 pacientes psiquiátricos infantis, com idade média de 10,69 anos ( $dp=2,94$ ), tais itens foram comparados com medidas de ansiedade (*Revised Children's Manifest Anxiety Scale* e *Roberts Anxiety Scale*), depressão (*Children's Depression Inventory* e *Roberts Depression Scale*), afeto positivo e afeto negativo (*Positive and Negative Affect Schedule*) e personalidade (*Roberts Apperception Test for Children*). Os resultados indicaram que, embora os indicadores avaliados tenham apresentado adequados índices de fidedignidade, com elevada correlação entre os dois juízes avaliadores (tamanho=0,95; detalhes=0,91 e pressão da linha=0,92), não apresentaram correlação com as demais medidas utilizadas. Desta forma, os autores concluíram que, na amostra estudada, o tamanho, os detalhes e a pressão da linha não se revelaram indicadores válidos para identificação de problemas emocionais.

Os indicadores de ansiedade têm sido os alvos de parte importante dos estudos conduzidos com o sistema de Machover desde a década de 60. Goldstein e Faterson (1969), explorando um destes, a presença de sombreado e suas relações com a ansiedade, realizaram uma pesquisa com trabalhadores noturnos e encontraram que, em homens, mas não em mulhe-



res, o percentual de sombreado emergiu como um preditor da ansiedade. No entanto, os indicadores propostos por Machover para identificação da ansiedade também têm sofrido críticas. Handler e Reyher (1965), em uma revisão de literatura acerca dos indicadores de ansiedade do DFH, encontraram inúmeras contradições entre os estudos, com poucos dados que dêem apoio à utilização do Sistema Machover para avaliação desta variável.

Buscando então uma alternativa, Handler elaborou uma escala de avaliação de ansiedade nos desenhos de adolescentes e adultos – instrumento este que também passou a ser utilizado na aplicação infantil (Van Kolck, 1981). Assim, algumas pesquisas passaram a ampliar a forma de avaliação da ansiedade, não utilizando exclusivamente os indicadores de Machover. Valendo-se do Sistema Machover e de alguns itens das revisões de Jones e Thomas (1965, citado por Engle & Suppes, 1970) e de Handler e Reyher (1965), Engle e Suppes (1970) não encontraram efeitos significativos entre os itens analisados e escore de ansiedade em crianças, e o escore geral obtido no DFH apresentou uma correlação baixa, apesar de significativa ( $r=0,38$ ,  $p<0,01$ ), com o instrumento utilizado para avaliar ansiedade (TASC).

Duas décadas após o trabalho de Handler e Reyher (1965), Sims, Dana e Bolton (1983) voltaram a revisar as

pesquisas acerca dos indicadores de ansiedade no DFH. A análise dos estudos sugere que existe uma lacuna em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, por exemplo, poucos procedimentos de controle são utilizados e alguns indicadores tradicionais de ansiedade como sombreado e uso da borracha, na verdade, frequentemente estão presentes em desenhos de boa qualidade artística sendo expressão de habilidade e não de transtorno. Além disso, os autores indicam que a expressão dos mecanismos de defesa é facilmente confundida com indicadores de ansiedade e que não existe um sistema de escore efetivamente válido para avaliar esta variável através do DFH.

Tal resultado foi posteriormente confirmado em um estudo conduzido também pela equipe da UFRGS. Bandeira, Loguercio, Caumo e Ferreira (1998) buscaram verificar a validade dos indicadores de ansiedade da escala de Handler através da aplicação do DFH e do IDATE-C em crianças em situação pré-cirúrgica e em crianças de um grupo controle. Os resultados indicaram que, corroborando a hipótese inicial, as crianças em situação pré-cirúrgica apresentaram níveis de ansiedade mais elevados, conforme pôde ser observado nos resultados do IDATE-C. Entretanto, o escore total do DFH entre os dois grupos não apresentou diferenças significativas, e, além disso, não houve correlação significativa entre o referi-

do escore e as escalas de ansiedade traço ( $r=0,24$ ) e ansiedade estado ( $r=0,01$ ) do IDATE-C. Assim, os pesquisadores concluíram que o sistema de levantamento de Handler para crianças não se mostrou válido na amostra estudada.

As críticas ao Sistema Machover não se restringem aos estudos brasileiros, e vêm acompanhando as publicações sobre o DFH desde que a autora apresentou sua proposta de análise dessa técnica, sendo essas, essencialmente, calcadas na carência de comprovações empíricas das hipóteses interpretativas sugeridas por Machover (1949). Swensen (1957), ainda na década de 50, realizou uma revisão de todos os estudos publicados acerca deste sistema no período de janeiro de 1949 a dezembro de 1956. Analisando os resultados referentes a cada um dos itens, o autor concluiu que as provas apresentadas nas pesquisas analisadas não sustentam as hipóteses de Machover acerca do DFH. A maior parte dos resultados contradiz as idéias da autora, sugerindo que a utilização do Desenho da Figura Humana segundo este sistema não é indicada. Swensen (1957) pontua, ainda, que a aparente discrepância entre tais dados empíricos e os relatos dos clínicos que utilizam este sistema deve-se, possivelmente, a uma memória seletiva destes, que acaba por fixar apenas aqueles casos em que o DFH-Machover deu conta de ilustrar o caso, descartando aquelas

situações nas quais tal instrumento não foi adequado.

Roback (1968), aprofundando a revisão de Swensen (1957), realizou uma análise dos mesmos estudos deste, mas enfatizou a questão metodológica. Os resultados indicaram uma dificuldade de comparar os dados empíricos em função da diversidade de métodos utilizados pelos pesquisadores. Embora tenha sido evidente o crescimento metodológico, especialmente com a crescente utilização de análises estatísticas, foram poucos os estudos efetivamente bem delineados para que seja possível aceitar as conclusões – pró ou contra o sistema Machover – como válidas. Cabe salientar também a ausência de definição operacional dos itens na publicação original de Machover (1949). Tal fator parece ser responsável por muitos dos resultados contraditórios, visto que a premissa básica dos pesquisadores para análise dos desenhos conforme este sistema, ou seja, a identificação da presença ou não dos itens, fica essencialmente subjetiva (Roback, 1968). Neste sentido, cada pesquisador que utiliza o Sistema Machover deverá realizar a operacionalização dos itens, permitindo, ao menos em sua pesquisa e em posteriores replicações, resultados mais consistentes.

Além da dificuldade de operacionalização dos indicadores, uma outra crítica freqüentemente realizada em relação aos sistemas projetivos de

avaliação do DFH diz respeito à validade de construto. Poucas são as pesquisas que têm buscado esclarecer quais são efetivamente as variáveis avaliadas pelo DFH projetivo. Assim como na maior parte das técnicas projetivas, parte-se da hipótese projetiva e se aceita a mensuração de aspectos de personalidade. Kamphaus e Pleiss (1991) indicam que, considerando os baixos coeficientes de validade do DFH, apontados na maioria dos estudos, torna-se difícil compreender a natureza do construto que está sendo medido nesta técnica. Tais autores sugerem que o DFH possa ser uma medida de habilidade viso-artística ou alguma outra variável neste sentido.

Dykens (1996) confirma a hipótese de Kamphaus e Pleiss (1991) em uma pesquisa realizada com 108 adolescentes e adultos com atraso mental (idade média de 26 anos). Neste estudo, a pesquisadora encontrou que, contrariamente às expectativas, indicadores emocionais como os verificados no CBCL mostraram-se pouco eficientes na predição do DFH, tendo o desenvolvimento viso-motor emergido como o mais importante preditor dos escores no DFH (avaliado segundo o Sistema de Naglieri). Considerando os aspectos desenvolvimentais presentes no desenho, torna-se compreensível o resultado da pesquisa, mas os autores não discutem de forma mais detalhada tal questão.

Percebe-se, assim, que os pesquisadores têm andado “em círculos”,

sendo os resultados bastante contraditórios quando se trata de fornecer dados científicos acerca do DFH projetivo (Bruening, Wagner & Johnson, 1997; Snyder & Gaston, 1970). Fundamentadas na psicanálise, grande parte das publicações sobre o tema, como a de Piccolo (1981), descrevem de forma detalhada a teoria e buscam encontrá-la nos desenhos, utilizando interpretações essencialmente clínicas para o entendimento do DFH.

No entanto, nem todas as avaliações de aspectos emocionais dos desenhos pressupõem a análise do significado dos itens. A terceira vertente na avaliação dos desenhos busca itens que discriminem problemas emocionais, mas baseia-se em dados empíricos e elimina as interpretações acerca do significado dos itens. Tal proposta já é citada em artigos de crítica ao sistema Machover, como o de Swensen (1957), mas foi inicial e efetivamente realizada por Elisabeth Koppitz na década de 60 (Koppitz, 1966a).

O sistema de análise dos aspectos emocionais do desenho de Koppitz (1984) foi elaborado a partir de três critérios: a) os itens devem diferenciar crianças saudáveis daquelas com distúrbios emocionais; b) a frequência com que tais sinais aparecem deve ser pequena (<16%) na população normal; e c) o grau de ocorrência deve ser independente da idade. A versão final deste sistema é composta por 30 indicadores de transtorno emocional, sendo a presença de dois ou mais indi-

cadores considerada sugestiva de problemas emocionais (Koppitz, 1966a).

Os estudos de validação realizados por Koppitz (1984) foram efectuados com grupos específicos, comparando crianças com diferentes psicopatologias, tais como: crianças tímidas e crianças agressivas, crianças com doenças psicossomáticas e crianças que roubam, buscando a identificação de itens específicos que discriminassem os grupos. Os resultados de tais estudos não foram tão animadores, visto que a identificação de itens exclusivos de cada psicopatologia não foi possível. Entretanto, alguns itens foram mais freqüentes em determinados grupos, por exemplo, braços curtos, pernas juntas, omissão do nariz, omissão da boca e nuvens que foram mais freqüentes em crianças com questões psicossomáticas (Koppitz, 1984); figura pequena, omissão da boca e omissão do nariz mais freqüentes em crianças tímidas; e dentes, braços longos, mãos grandes e genitais mostraram-se mais freqüentes em crianças agressivas (Koppitz, 1966b). Os resultados proporcionaram o agrupamento dos itens em categorias específicas: impulsividade (integração pobre, assimetria dos membros, transparências, figura grande e omissão do pescoço), insegurança/inadequação (figura inclinada, cabeça pequena, mãos decepadas, monstro ou figura grotesca, omissão dos braços, pernas e pés), ansiedade (sombreado da face, sombreado do tronco ou dos mem-

bro, sombreado das mãos ou pescoço, pernas unidas, omissão dos olhos e nuvens), timidez (figura pequena, braços pequenos, braços presos ao corpo, omissão do nariz ou boca) e agressividade (olhos estrábicos, dentes, braços longos, mãos grandes e genitais). Estes foram os primeiros dados a partir do sistema Koppitz e impulsionaram outras pesquisas envolvendo esta forma de análise do DFH.

Eno, Elliott e Woehlke (1981), em um estudo com crianças com problemas de leitura, não confirmaram os fatores encontrados por Koppitz (1984). A partir da análise fatorial dos itens, realizada a partir de uma amostra de 316 crianças com idades entre 8 e 16 anos, não foi possível agrupar os itens, bem como a análise dos mesmos indicou que os mesmos respondiam apenas por 29% da variância total da amostra. Além disso, as diferenças entre o grupo de crianças com problemas de leitura e o grupo controle foi pequena, e os autores concluíram indicando que os dados do estudo sugerem de forma evidente que psicólogos não devem utilizar o DFH segundo o sistema Koppitz de itens emocionais para realizar diagnóstico diferencial em relação aos problemas de leitura.

Resultados negativos em relação à utilização do sistema Koppitz de itens emocionais na identificação dos problemas de aprendizagem também foram referidos por Szasz, Baade e Paskewics (1980). Utilizando este sis-

tema, associado aos itens desenvolvimentais, a fim de verificar a validade do DFH-Sistema Koppitz na identificação de problemas de leitura em pré-escolares, Szasz, Baade e Paskewics (1980), com uma amostra de 141 crianças americanas, encontraram que os itens de desenvolvimento apresentaram uma correlação de  $r=0,43$  ( $p<0,01$ ) e responderam por 19% da variância do MRT (Teste Metropolitano de Leitura); já os indicadores emocionais apresentaram uma correlação de  $r=-0,26$  ( $p<0,01$ ) e responderam por 7% da variância de tal instrumento. Cabe salientar que quando ambas as variáveis foram inseridas no modelo, tanto a correlação quanto a variância explicada mantiveram-se idênticas às já obtidas nos itens desenvolvimentais, sugerindo que os itens emocionais examinam aspectos já presentes nos itens de desenvolvimento.

A utilização do Sistema Koppitz com crianças com distúrbios de linguagem também foi proposta no Brasil. Odette Lourenção Van Kolck, reconhecida estudiosa do DFH, conduziu uma série de pesquisas envolvendo o DFH infantil (Van Kolck, 1981), inclusive com crianças portadoras de dislalia (Van Kolck & Jaehn, 1990). Nessas pesquisas, as autoras avaliaram 18 crianças com idades entre cinco e dez anos portadoras de dislalia, e observaram que 78% das mesmas apresentaram entre quatro e seis sinais de distúrbios emocionais.

Com base nestes dados, concluíram que “a alta incidência de indicadores sugere a existência de desajuste emocional nas crianças portadoras de dislalia (p.43)”. No entanto, as pesquisadoras não utilizaram grupo controle, tampouco restringiram seus resultados à possível especificidade da amostra estudada.

Em um estudo mais amplo, buscando a normalização do Sistema Koppitz para crianças brasileiras, Hutz e Antoniazzi (1995) encontraram que alguns itens considerados como indicadores de dificuldades emocionais apresentaram frequência elevada na amostra de 1856 crianças e adolescentes com idades entre 5 e 15 anos. Desta forma, os autores sugerem que tais itens, na amostra estudada, estariam relacionados com outros fatores – que não problemas emocionais – o que revela a ausência de significado de itens isolados.

Também no Brasil, em uma pesquisa recente, Campagna e Faiman (2002) encontraram dados similares, embora com uma amostra mais reduzida. A fim de verificar o comportamento dos indicadores emocionais de Koppitz foram avaliadas 31 meninas brasileiras, com idades entre 10 e 12 anos. Observou-se que, na amostra estudada, alguns dos sinais emocionais descritos por Koppitz, como braços curtos e sombreamento, apareceram em uma frequência superior a 16%, o que levou as autoras a questionarem a eficácia destes indicadores

para discriminar perturbações emocionais no início da adolescência. Este resultado corrobora a discussão também já realizada alguns anos antes por Phil e Nimrod (1976).

Na pesquisa de tais autores acerca da fidedignidade e validade do DFH foram avaliados tanto os aspectos emocionais quanto os quocientes de inteligência (QI) de 44 crianças da 5ª série. Os resultados indicaram que, apesar do DFH ter apresentado correlações satisfatórias com os índices de QI, os indicadores emocionais não apresentaram correlações significativas com os escores de neuroticismo do Questionário de Personalidade Infantil (CPQ). Desta forma, os autores questionam a validade dos indicadores emocionais de Koppitz (Phil & Nimrod, 1976). Assim como Feyth e Holmes (1994), que questionaram a utilização do DFH para identificação de tendências agressivas em adolescentes, a partir de um estudo com 80 jovens (40 portadores de transtorno de conduta e 40 não portadores de transtornos emocionais), cujo resultado não mostrou diferenças entre os grupos em relação ao número de itens indicativos de agressividade.

Apesar de diversos estudos não confirmarem a validade dos indicadores propostos por Koppitz, resultados positivos também têm sido encontrados. Buscando comparar seis sistemas de pontuação do Desenho da Figura Humana, incluindo versões simplificadas da Escala de Koppitz (Escala de

Evanston, Escala Koppitz - total de itens inicialmente propostos pela autora -, Escala de 30 Itens Koppitz, Escala de Indicadores Emocionais de Cinco Itens Koppitz, Escala Koppitz de Itens Esperados X Excepcionais e *Checklist* de Vane e Eisen) Hall e Ladriere (1970) compararam três grupos de crianças com idade aproximada de 9 anos e 10 meses: um grupo com diagnóstico de distúrbios emocionais, um grupo com diagnóstico de atraso no desenvolvimento e um terceiro grupo de escolas públicas com desenvolvimento típico. Os resultados indicaram que três das escalas - Escala de 30 Itens Koppitz, Escala Koppitz e Escala de Evanston - distinguiram as crianças com problemas daquelas sem problemas.

A pesquisa de Currie, Holtzman e Swartz (1974) também se destaca como uma das que indicam pontos positivos do Sistema Koppitz. Em um estudo longitudinal realizado por uma equipe do estado do Texas (Estados Unidos), buscando identificar quais as variáveis que constituiriam precursores de problemas de ajustamento, 46 crianças foram acompanhadas durante seis anos consecutivos. Os resultados das técnicas gráficas foram animadores. A correlação entre os indicadores emocionais de Koppitz e os Índices de Ajustamento Emocional foi significativa, com  $r=0,44$  ( $p<0,01$ ). Nenhum dos jovens avaliados como não tendo problemas de ajustamento apresentou mais de um item dos indicadores emo-

cionais de Koppitz. A escala global de Goodenough-Harris saiu-se melhor, especialmente com meninos, tendo os indicadores mais freqüentes sido a omissão das mãos e a assimetria dos membros. Todas as crianças com três ou mais indicadores emocionais estavam apresentando algum tipo de problema, pelos registros da escola.

A forma de levantamento proposta por Koppitz tem sido também utilizada na identificação de crianças vítimas de abuso sexual. Em uma pesquisa realizada por Hibbard e Hartman (1990) foram avaliadas 68 crianças com idades entre cinco e oito anos que estavam recebendo atendimento por suspeita de abuso sexual, além de um grupo controle composto por 66 crianças não vítimas de abuso sexual. A partir da análise dos dados, observou-se que quatro indicadores mostraram freqüência superior a 16% na população normal (figura pequena, mãos decepadas, omissão de nariz e omissão do corpo). Os autores destacam, assim, a necessidade de cautela ao considerar tais itens como indicativos de problemas emocionais. Além disso, embora tenha emergido uma tendência de maior freqüência de alguns indicadores no grupo de crianças vítimas de abuso (pernas unidas, genitais e mãos grandes), nenhum dos itens, quando analisado individualmente, atingiu nível de significância menor do que 0,05. No entanto, quando os itens foram agrupados, o fator “ansiedade” – conforme sugerido por

Koppitz a partir de inferência teórica e composto pelos itens sombreado da face, sombreado do corpo ou membros, sombreado das mãos ou pescoço, pernas unidas, omissão dos olhos e nuvens, mostrou-se mais freqüente nas crianças vítimas de abuso sexual.

A observação de Hibbard e Hartman (1990) de que a análise de itens isolados não auxilia a identificação de crianças vítimas de abuso sexual também já havia sido referida por outros pesquisadores em relação à identificação geral dos problemas emocionais (Engle & Suppes, 1970; Garb, Wood, Lilienfeld & Nezworski, 2002; Wohl & Kaufman, 1985). Pesquisas atuais têm mostrado que, na prática, a avaliação global ou da *gestalt* do desenho tem sido mais efetiva para este objetivo (Engle & Suppes, 1970; Garb, Wood, Lilienfeld & Nezworski, 2002; Yama, 1990).

Neste sentido, formas objetivas de avaliar os desenhos de maneira global também foram desenvolvidas. Yama (1990) realizou um estudo comparando diferentes medidas globais de análise do DFH: qualidade artística geral, índice de figura bizarra (normalidade) e número total de indicadores do sistema emocional de Koppitz, além de um indicador externo de ajustamento do sujeito, composto por uma avaliação *likert* de um a sete (de péssimo ajustamento a excelente ajustamento). Foram participantes 61 crianças e adolescentes, com idades entre 6 e 17 anos. Os desenhos foram avaliados

por sete juizes, cuja correlação das avaliações variou entre ( $r=0,85$  a  $r=0,94$ ). Os resultados indicaram que o índice de figura bizarra, a qualidade artística geral do desenho e o índice global de ajustamento apresentaram elevada correlação entre si (entre  $0,85$  e  $0,94$ ) e com os Indicadores Emocionais ( $r=-0,32$  a  $r=-0,40$ ). No entanto, o principal preditor de problemas emocionais na amostra estudada foi o índice de figura bizarra.

No Brasil, Hutz e Bandeira (1995), ao pesquisar a validade de diferentes sistemas de avaliação do DFH, também observaram resultados mais positivos na utilização de sistemas globais. Em uma pesquisa realizada com 157 crianças de 9 a 12 anos de idade, avaliadas por suas professoras em relação à aprendizagem e ao comportamento, além dos indicadores de ansiedade de Handler foi utilizada a análise global. Os resultados indicaram correlações de  $0,37$  e  $0,36$  entre as avaliações das professoras e as escalas de normalidade e de qualidade artística respectivamente, num nível de significância de  $p<0,001$ . Além disso, discriminaram as crianças com diferente desempenho escolar. No entanto, os indicadores emocionais e de ansiedade não se correlacionaram com aquelas avaliações.

A análise global do desenho parece estar calcada em impressões subjetivas, especialmente em escalas de item único. Por outro lado, análises a partir de itens isolados também não se têm

revelado uma forma adequada de interpretação do DFH. Assim, a alternativa encontrada tem sido a análise de escalas, formadas a partir do somatório de indicadores específicos. Um dos sistemas quantitativos que se baseia em uma avaliação global do desenho e que surge como uma alternativa às interpretações projetivas é o Sistema de Escore Quantitativo de Naglieri (DAP:SPED) (Naglieri, McNeish & Bardos, 1991), que representa uma atualização e revisão das formas clássicas de análise do Desenho da Figura Humana (Kamphaus & Pleiss, 1991). Naglieri e sua equipe já haviam trabalhado na elaboração de um sistema de avaliação intelectual dos desenhos (DAP-Q) e, em 1991, publicaram o manual que se refere à elaboração de um sistema quantitativo de análise do DFH, capaz de auxiliar os profissionais na identificação de crianças e adolescentes com problemas emocionais.

Na etapa inicial de construção do instrumento, os autores realizaram uma ampla busca na literatura a fim de determinar uma base teórica e itens potencialmente válidos para o desenvolvimento de análises psicométricas. Desta primeira fase resultou uma versão de 93 itens. A análise dos dados desta etapa de construção resultou em um instrumento de 55 itens. As normas foram, então, construídas para crianças de diferentes idades, agrupadas por faixa etária: 6-8 anos, 9-12 anos e 13-17 anos, a partir de uma



amostra de 2260 crianças americanas selecionadas ao acaso. Neste sistema, são utilizados três estímulos: o desenho de uma mulher, o desenho de um homem e o auto-retrato, dispondo o participante de cinco minutos para realizar cada um deles. Cada figura é então pontuada segundo os 55 itens, cada um valendo um ponto. O examinando recebe um escore total baseado nos três desenhos, cuja média é 50 e o desvio-padrão 10, correspondendo a elevação do escore a maior distúrbio emocional (Naglieri, McNeish & Bardos, 1991).

Em relação à validade, os estudos já estão apontando alguns resultados positivos. Na etapa inicial, foram realizados quatro estudos comparando diferentes grupos de crianças (clínicos e não clínicos). Em relação à prova de fidedignidade, foram analisados quatro aspectos: a consistência interna, que se manteve entre 0,67 e 0,78, conforme o sexo e a idade (6-8 anos: meninos = 0,77; meninas = 0,73; 9-12 anos: meninos = 0,78; meninas = 0,72; 13-17 anos: meninos = 0,71, meninas = 0,67); a correlação entre juizes, que manteve-se em  $r=0,90$ ; a correlação entre as avaliações do próprio juiz, que também se manteve em  $r=0,90$  e, por fim, a estabilidade temporal, para a qual o DFH foi reaplicado com intervalo de uma semana, não tendo sido observadas discrepâncias entre as duas aplicações (teste média = 54,6,  $dp = 9,8$ ; reteste média = 52,9,  $dp = 8,4$ ; correlação teste-reteste = 0,67)

(Naglieri, McNeish & Bardos, 1991; Trevisan, 1996).

Em seu estudo com adolescentes e adultos portadores de atraso mental, Dykens (1996) questionou a necessidade dos três desenhos, visto que encontrou pouca variação entre o desenho do homem, o da mulher e o de si próprio, sugerindo que, nesta população, apenas um desenho seria suficiente para investigações clínicas e de pesquisa. Dentre os sistemas mais reconhecidos de avaliação do DFH, o de Naglieri é o mais atual, sendo que as pesquisas ainda são incipientes. Buscando verificar a validade para a identificação de variáveis emocionais, Naglieri e Pfeiffer (1992) conduziram um estudo com 108 crianças e adolescentes, sendo metade pacientes psiquiátricos de um hospital de dia americano e metade crianças do grupo controle em desenvolvimento típico. Os resultados indicaram que o escore geral do DAP:SPED (soma dos escores dos três desenhos) discriminou os grupos, tendo 77,8% dos participantes do grupo controle sido corretamente identificados (escores <55) como não tendo indicação para avaliação, e 48,15% da amostra clínica foi identificada como necessitando avaliação mais profunda (escores 55).

Matto (2002), buscando investigar a validade do DFH para avaliação de distúrbios de comportamento, avaliou 68 crianças entre 6 e 12 anos de idade que estavam em atendimento psicológico. Para este estudo, foram aplica-

dos, além do DFH (sistema de avaliação DAP:SPED de Naglieri) uma versão simplificada do *Child Behavior Checklist* (CBCL), para avaliação de comportamentos de externalização e internalização, e o *Child and Adolescent Adjustment Profile*, para avaliação de ajustamento social. Os resultados indicaram ser o DAP:SPED válido para identificação de comportamentos de internalização, mas não de externalização. Em uma pesquisa com 40 meninas, 20 com vivência de abuso sexual e 20 grupo controle, Bruening, Wagner e Johnson (1997) demonstraram que o Sistema de Naglieri é suficientemente objetivo, resistindo às diferenças individuais dos profissionais que interpretam os desenhos, bem como à informação previamente obtida a respeito dos examinandos. Entretanto, contrariamente às expectativas, não foi considerado válido para a identificação dos dois grupos estudados, revelando necessidades de novas pesquisas também nesta forma de levantamento do DFH.

Em um estudo bem recente, ainda na busca de provas de validade, Matto, Naglieri e Clausen (2005) identificaram que o DFH, avaliado através do sistema DAP:SPED, pode diferenciar crianças de classe regular e classe especial, estas apresentando índices significativamente mais elevados que aquelas. Além disso, utilizando a abordagem da psicologia positiva, encontraram correlações moderadas entre os escores do DAP:SPED e

instrumentos que avaliam as potencialidades no relacionamento inter e intrapessoal. Os autores sugerem, então, que o DFH pode ser utilizado como um instrumento de triagem em escolas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, a partir da revisão realizada, a diversidade de sistemas de avaliação do DFH e a carência, em todos eles, de comprovações empíricas que justifiquem sua utilização na prática dos profissionais da psicologia. Pode-se verificar que as maiores consistências são encontradas nas escalas evolutivas no DFH. No entanto, no que se refere à avaliação de aspectos projetivos, ainda são muitos os pontos a ser esclarecidos, com poucos estudos trazendo informações conclusivas. Observa-se, ainda, que esta lacuna torna-se mais ampla no cenário brasileiro, no qual são poucos os estudos que possuem como objetivo e dão conta, de forma teórica e metodológica, da validação do DFH.

Para solucionar esta lacuna, Safran (1996) indica que estudos que busquem avaliar a validade dos sistemas projetivos do DFH devem utilizar um instrumento controle, ou outra técnica projetiva com maior prova de validade, como o Rorschach. Kamphaus e Pleiss (1991) corroboram esta visão e, embora não se limitem à avaliação projetiva, sugerem que os indicativos de validade do DFH advêm, essencialmente, de

estudos de validade concorrente. No entanto, tendo em vista conclusões obtidas em estudos de validade concorrente de outras técnicas gráficas, pode-se questionar se os pesquisadores realmente assumirão os resultados.

Quando se trata de fornecer conclusões acerca dos dados das pesquisas com técnicas gráficas, parece que o meio acadêmico tem buscado, de várias formas, manter o *status* das mesmas – mesmo quando os dados mostram o contrário. Embora alguns estudos como o Groth-Marnat e Roberts (1998) apresentem, de forma enfática, os resultados negativos referentes à pesquisa com técnicas gráficas (no estudo realizado, especificamente a utilização destes instrumentos para a avaliação de saúde mental), grande parte busca explicar tais resultados, encontrando justificativas para a ausência de dados psicométricos satisfatórios.

Este movimento é possivelmente decorrente da observação dos pesqui-

sadores de que a tentativa de enquadrar uma técnica oriunda da interpretação clínica em formatos psicométricos acaba por deixar de lado informações importantes. Neste sentido, é possível que o processo de validação do DFH projetivo não deva, necessariamente, passar pelos procedimentos empíricos clássicos. Desta forma, sugere-se a utilização do critério da validade clínica (Tavares, 2003) como método para estudos que utilizem o DFH projetivo.

Já em relação aos sistemas que utilizam os indicadores emocionais, mas que não trabalham com a concepção projetiva, ainda são necessários novos estudos, em especial levando em conta modelos atuais de levantamento. No Laboratório de Mensuração um estudo de indicadores emocionais no DFH de crianças vem ocorrendo e, em breve, resultados mais concretos estarão à disposição da comunidade científica e aplicada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abell, S., Horkheimer, R. & Nguyen, S. (1998). Intellectual evaluations of adolescents via Human Figure Drawings: An empirical comparison of two methods. *Journal of Clinical Psychology*, 54(6), 811-815.
- Adánez, G. (2005). Procedimientos de construcción y analysis de tests psicometricos. Em: S. Wechsler e R. Guzzo (Orgs). *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional* (pp.67-120). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Alves, I. (1981). O Teste Goodenough-Harris em pré-escolares paulistanos. *Boletim de Psicologia*, 80(33), 40-52.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Bandeira, D. & Hutz, C. (1994). A contribuição dos testes DFH, Bender e Raven na predição do rendimento escolar na primeira série. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(1), 059-072.
- Bandeira, D., Loguercio, A., Caumo, W. & Ferreira, M.B. (1998). O Desenho da Figura Humana é válido para avaliar ansiedade em crianças? *Psicologia Escolar e Educacional*, 2(2), 129-134.
- Bruening, C., Wagner, W. & Johnson, J. (1997). Impact of rater knowledge on sexually abused and nonabused girls' scores on the Draw-a-Person: Screening procedure for emotional disturbance (DAP:SPED). *Journal of Personality Assessment*, 68(3), 665-677.
- Campagna, V. & Faiman, C. (2002). O Desenho da Figura Humana no início da adolescência feminina. *Boletim de Psicologia*, III(116), 87-104.
- Craig, R., Olson, R. & Saad, S. (2002). Figure drawing indices of psychological accessibility. *Psychological Reports*, 91, 1213-1221.
- Cox, M. (1995). *Desenho da criança*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cunha, J. (2000). *Técnicas projetivas gráficas: Por que sim? Por que não?* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Currie, S., Holtzman, W. & Swartz, J. (1974). Early indicators of personality traits viewed retrospectively. *Journal of School Psychology*, 12(1), 51-59.
- Dunleavy, R., Hansen, J., Szasz, C. & Baade, L. (1981). Early kindergarten identification of academically not-ready children by use of Human Figure Drawing developmental score. *Psychology in the Schools*, 18(1), 35-38.
- Dykens, E. (1996). The Draw-a-Person task in persons with mental retardation: What does it measure? *Research in Developmental Disabilities*, 17(1), 1-13.
- Engle, P. & Suppes, J. (1970). The relation between Human Figure Drawing and test anxiety in children. *Journal of Projective Techniques & Personality Assessment*, 34, 223-231.
- Eno, L. Elliot, C. & Woehlke, P. (1981). Koppitz emotional indicators in the Human Figure drawings of children with learning problems. *Journal of Special Education*, 15, 459-470.
- Fabry, J. & Bertinetti, J. (1990). A construct validation study of the Human Figure Drawing Test. *Perceptual and Motor Skills*, 70, 465-466.
- Feyth, J. & Holmes, C. (1994). Use of the Draw-a-Person with conduct disordered children. *Perceptual and Motor Skills*, 78, 1353-1354.
- Garb, H., Wood, J., Lilienfeld, S. & Nezworski, M.T. (2002). Effective use of projective techniques in clinical practice: Let the data help with selection and interpretation. *Professional Psychology: Research and Practice*, 33(5), 454-463.
- Goldstein, H. & Faterson, H. (1969). Shading as an index of anxiety in figure drawings. *Journal of Projective Techniques*, 33, 454-456.

- Groth-Marnat, G. & Roberts, L. (1998). Human Figure drawings and House Tree Person drawings as indicators of self esteem: A quantitative approach. *Journal of Clinical Psychology, 54*(2), 219-222.
- Hall, L. & Ladriere, L. (1970). A comparative study of diagnostic potential and efficiency of six scoring systems applied to children's figure drawings. *Psychology in the Schools, 7*, 244-247.
- Hammer, E. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. (E. Nick, Trad.) São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1926)
- Handler, L., Levine, J. & Potash, H. (1965). Suggestions for more accurate measurement of some figure drawing variables. *Journal of Clinical Psychology, 21*(3), 316-317.
- Handler, L. & Reyher, J. (1965). Figure drawing anxiety indexes: A review of the literature. *Journal of Projective Techniques and Personality Assessment, 29*, 305-313.
- Hibbard, R. & Hartman, G. (1990). Emotional indicators in Human Figure drawings of sexually victimized and nonabused children. *Journal of Clinical Psychology, 46*(2), 211-218.
- Hutz, C. & Antoniazzi, A. (1995). O desenvolvimento do Desenho da Figura Humana em crianças de 5 a 15 anos de idade: Normas para avaliação. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 8*(1), 3-18.
- Joiner, T., Schmidt, K. & Barnett, J. (1996). Size, detail and line heaviness in children's drawings as correlates of emotional distress: (More) negative evidences. *Journal of Personality Assessment, 67*(1), 127-141.
- Kamphaus, R. & Pleiss, K. (1991). Draw-a-Person techniques: Tests in search of a construct. *Journal of School Psychology, 29*, 395-491.
- Koppitz, E.M. (1984). *El dibujo de la Figura Humana em los niños*. Buenos Aires: Guadalupe.
- Koppitz, E.M. (1966a). Emotional indicators on Human Figure drawings of children: A validation study. *Journal of Clinical Psychology, 22*, 313-315.
- Koppitz, E.M. (1966b). Emotional indicators on Human Figure drawings of shy and aggressive behavior. *Journal of Clinical Psychology, 22*, 466-469.
- Koppitz, E. & Casullo, M. (1983). Exploring cultural influences on Human Figure Drawings of young adolescents. *Perceptual and Motor Skills, 57*, 479-483.
- Hammer, E. (1997). *Advances in projective drawing interpretation*. Springfield: Charles Thomas Publisher.
- Holmes, C. & Wiederholt, J. (1982). Depression and figure size on the Draw-a-Person test. *Perceptual and Motor Skills, 55*, 825-826.
- Lilienfeld, S., Wood, J. & Garb, h. (2000). The scientific status of projective techniques. *Psychological Science in the Public Interest, 1*(2), 27-66.

- Machover, K. (1949). *Personality projection in the drawing of The Human Figure: A method of personality investigation*. Springfield, IL: Charles C Thomas Publisher.
- Matto, H. (2002). Investigating the validity of the Draw-a-Person: Screening procedure for emotional disturbance: A measurement validation study with high-risk youth. *Psychological Assessment, 14*(2), 221-225.
- Matto, H., Naglieri, J. & Clausen, C. (2005). Validity of the Draw-A-Person: Screening Procedure for Emotional Disturbance (DAP:SPED) in Strengths-Based Assessment. *Research on Social Work Practice, 15*(1), 41-46
- Naglieri, J., McNeish, T. & Bardos, A. (1991). *DAP:SPED – Draw a Person: Screening procedure for emotional disturbance*. Austin, Texas: Pro.Ed.
- Naglieri, J. & Pfeiffer, S. (1992). Performance of disruptive behavior disordered and normal samples on the Draw a Person procedure for emotional disturbance. *Psychological Assessment, 4*(2), 156-159.
- Phil, R. & Nimrod, G. (1976). The reliability and validity of the Draw-a-Person test in IQ and personality assessment. *Journal of Clinical Psychology, 32*(2), 470-472.
- Piccolo, E.G. (1981). Os testes gráficos. Em: M.L.S. O'Campo (Org.), *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas* (pp.203-311), São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Roback, H. (1968). Human Figure drawings: Their utility in the clinical psychologist's armamentarium for personality assessment. *Psychological Bulletin, 70*(1), 1-19.
- Safran, S. (1996). DAP or method? *Professional Psychology: Research and Practice, 27*(4), 418-419.
- Sims, J., Dana, R. & Bolton, B. (1983). The validity of the Draw-a-Person teste as an anxiety measure. *Journal of Personality Assessment, 47*(3), 250-257.
- Sisto, F. (2006). *O Desenho da Figura Humana – Escala Sisto*. São Paulo: Vetor.
- Snyder, R. & Gaston, D. (1970). The figure drawing of the first grade child – item analysis and comparison with Koppitz norms. *Journal of Clinical Psychology, 26*(3), 377-383.
- Swensen, C.H. (1957). Empirical evaluations of Human Figure drawings. *Psychological Bulletin, 54*(6), 431-466.
- Szasz, C., Baade, L. & Paskewicz, C. (1980). Emotional and developmental aspects of Human Figure drawings in predicting school readiness. *Journal of School Psychology, 18*(1), 67-73.
- Tavares, M. (2003). Validade clínica. *Psico USF, 8*(2), 125-136.
- Van Kolck, O. (1981). Os desenhos no assessoramento psicológico das cardiopatias. *Boletim de Psicologia, 33*(81), 82-93.

- Van Kolck, O. & Jaehn, S. (1990). O Desenho da Figura Humana de crianças com distúrbios de linguagem. *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia*, 2(3), 41-44.
- Wechsler, S. (2003). *O Desenho da Figura Humana: Avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras*. Campinas: LAMP/PUC.
- Wechsler, S. & Shelini, P. (2002). Validade do Desenho da Figura Humana para avaliação cognitiva infantil. *Avaliação Psicológica*, 1, 29-38.
- Weerdenburg, G. & Jansen, H. (1985). Predicting 1<sup>st</sup> grade success with a selected kindergarten screening battery. *School Psychology International*, 6, 13-23.
- Yama, M. F. (1990). The usefulness of Human Figure drawings as an index of overall adjustment. *Journal of Personality Assessment*, 54, 78-86.